

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.535 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2002

Projeto oferece mais recursos a microempresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá analisar hoje projeto do senador Osmar Dias que garante novos recursos dos bancos públicos federais às pequenas e microempresas. Pela proposta, metade dos recursos ativos disponíveis para empréstimos deverão ser direcionados para atender a essa clientela. Os encargos financeiros não podem passar de 12% ao ano.

PÁGINA 3

Pratini pode debater hoje transgênicos

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratini de Moraes, deve comparecer hoje à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs). Ontem, o presidente da CPI, Mozarildo Cavalcanti, relatou aos senadores os avanços da CPI desde que foi instalada em 27 de março do ano passado.

PÁGINA 4

Tebet reúne líderes para definir agenda de votações

Presidente do Senado lembra que Congresso permanece atento aos desdobramentos da crise cambial e estará pronto a intervir sempre que houver necessidade

Encontro com os líderes partidários deverá ocorrer hoje depois da sessão plenária com o objetivo de definir um calendário básico de votações até as eleições de outubro. Ramez Tebet lembrou que a idéia inicial é votar o estritamente necessário ao funcionamento do país, para que a campanha eleitoral siga seu

curso. Hoje, o Plenário do Senado deve votar duas medidas provisórias: a que aumentou o salário mínimo pago desde 1º de abril e a que abriu crédito extraordinário para o Ministério da Integração Nacional e para a Justiça do Trabalho, no valor total de R\$ 124,2 milhões.

PÁGINA 2



Gerardo Magela

Conselho critica "embargo" a opinião de jornalistas

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem moção repudiando a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que proíbe emissoras de rádio e TV de divulgar opiniões sobre candidatos e partidos.

PÁGINA 2

Waldemar Rodrigues



Programa Interlegis chega a mil municípios

Ao assinar convênios com municípios de Mato Grosso do Sul, diretor do Interlegis anuncia adesão do milésimo município ao programa que interliga legislativos municipais e estaduais ao federal.

PÁGINA 3

O diretor do Interlegis, Paulo Fontenele e Silva, assinou convênios para que mais 22 municípios acessem Portal do Legislativo

Conselho aprova moção de repúdio a ato do TSE

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem moção repudiando a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proíbe a difusão de opinião a respeito de candidatos, partidos políticos ou coligações nas emissoras de rádio e televisão.

O texto do documento, a ser elaborado pelo presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti, demonstrará a preocupação do órgão com a garantia do direito constitucional à opinião. Por outro lado, esclarece Cavalcanti, o tribunal deve estar atento, "para que corporações vinculadas a interesses políticos localizados não sejam utilizadas em favor de candidaturas específicas".

A sugestão da moção partiu do jornalista Alberto Dines, um dos representantes da sociedade civil no conselho. Ele espera que o TSE suspenda o que chamou de "embargo" ao direito à opinião.

Apesar de a moção ter sido aprovada por unanimidade, a decisão foi precedida de muitos debates. Daniel Hertz, representante da Federação Nacional dos Jornalistas, defendeu a resolução do TSE, chamando atenção para abusos cometidos em emissoras, especialmente de radiodifusão, que deliberadamente favorecem candidatos ligados aos proprietários das emissoras. A solução de consenso foi sugerir ao tribunal a adoção de mecanismos que evitem abusos na cobertura da campanha eleitoral.

DEBATE

O conselho também aprovou a realização de um debate com os candidatos à Presidência da República, em data a ser marcada. No encontro, os candidatos deverão discutir temas como liberdade de opinião, Lei de Imprensa, Lei Eleitoral, classificação etária de horários na televisão e participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Tebet decide hoje com os líderes pauta de votação

Idéia é votar apenas as matérias necessárias ao funcionamento do país para que campanha eleitoral siga seu curso, diz senador

O presidente do Senado, Ramez Tebet, reúne-se na tarde de hoje com os líderes partidários, logo depois da sessão plenária, para definir um calendário básico dos trabalhos da Casa até as eleições de outubro. Segundo Tebet, a idéia inicial é votar o estritamente necessário ao funcionamento do país, para que a campanha eleitoral siga seu curso.

— O Congresso Nacional não vai faltar às suas responsabilidades, mas é preciso levar em conta que a democracia é o valor maior e que as eleições devem ter a atenção dos parlamentares. Vamos reunir periodicamente os líderes e avaliar qual deve ser a agenda



Roosevelt Pinheiro

Ramez Tebet afirmou que Congresso está atento à crise cambial

do Senado e do Congresso Nacional, mas as eleições têm prioridade — ressaltou o senador.

Tebet disse que o Congresso

estará atento aos desdobramentos da crise cambial e estará pronto a intervir sempre que houver necessidade.

Senado examina MP que aumentou salário mínimo

Duas medidas provisórias devem ser votadas hoje pelo Senado. Editadas há mais de 45 dias pelo presidente da República, essas MPs têm prioridade sobre os projetos em pauta. Caso não sejam apreciadas, a pauta do Senado ficará trancada, ou seja, não se poderá votar outras matérias.

Uma das medidas provisórias foi assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 27 de

março e aumenta de R\$ 180 para R\$ 200 o salário mínimo pago desde o dia 1º de abril. O aumento foi resultado de negociações com o Congresso, que abriu mão de parte do dinheiro destinado às emendas parlamentares para que a Previdência Social recebesse mais verbas, de forma a permitir aumentar para o valor do novo mínimo cerca de 13 milhões de aposentadorias do INSS.

A segunda medida provisória

abriu crédito extraordinário para o Ministério da Integração Nacional e para a Justiça do Trabalho, no valor total de R\$ 124,2 milhões. Parte dos recursos (R\$ 9,2 milhões) será empregada na recuperação emergencial do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, no Rio de Janeiro, que se incendiou recentemente. Para obras de emergência de defesa civil no Nordeste e no Sul-Sudeste serão destinados R\$ 115 milhões.

Plenário vota retirada de medalha de Fujimori

O Senado vota hoje a redação final do projeto de iniciativa do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul, pelo governo brasileiro, ao ex-presidente peruano Alberto Fujimori. A redação final, que será submetida a votação simbólica, tem como relator o senador Ronaldo

Cunha Lima (PSDB-PB).

A Ordem do Cruzeiro do Sul, mais importante condecoração conferida pelo governo brasileiro, é normalmente concedida a chefe de Estado. Quando da votação do projeto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que Alberto Fujimori atentou contra as instituições democráticas de seu país, sen-

do condenado por vários crimes, razão por que fugiu do Peru, refugiando-se no Japão.

Os senadores deliberam ainda sobre projetos de decretos legislativos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias nas cidades do Gama (DF), Cabeceiras (PI), São Miguel dos Campos (AL) e Potirendaba (SP).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 35, que fixou em R\$ 200 o salário mínimo, a partir de 1º de abril deste ano; MP nº 36, que abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$ 124 milhões; redação final do PDL nº 219/01, que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Alberto Fujimori pelo governo brasileiro; PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitárias; e Requerimentos dos senadores Osmar Dias, Ademir Andrade, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma e José Fogaça.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 15/02, que trata de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para taxistas; PLS nº 157/00, cria mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário; PLC nº 63/02, trata da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; entre outras proposições. Pauta extra: Mensagem nº 206/02, que encaminha o programa monetário relativo ao terceiro trimestre de 2002.

14h30 — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação de relatórios e mensagens.

17h — CPI das ONGs

Pauta: exposição do ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes, da Agricultura e Abastecimento, e depoimento do presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar), Domis Vieira Lopes.

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 286/01, que aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC); PDL nº 299/01, aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio; PDL nº 150/02, aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata de alocação especial de direitos especiais de saque (DES); PLS nº 556/99, altera o artigo 3º da Lei nº 8.239/91, que regulamenta o artigo 143, parágrafos 1º e 2º da Constituição federal, que dispõem sobre a prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório; entre outras proposições.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 30/99, que dispõe sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho; PLC nº 36/02, reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988; substitutivo ao PLS nº 168/99, altera o Código de Trânsito Brasileiro; PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários; e Requerimento nº 406/02, do senador Carlos Bezerra.

Quinta-feira

10h — Agenda em aberto

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e

Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Convênios com 22 municípios de Mato Grosso do Sul foram assinados na Câmara dos Vereadores de Campo Grande

Interlegis assina convênios em MS e chega a mil municípios

O diretor do Interlegis, Paulo Fontenele e Silva, anunciou ontem, em Campo Grande (MS), a milésima adesão de município ao Programa Interlegis. O programa, que este mês completa três anos de existência, interliga, por meio de computadores, Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas de todo o país ao Poder Legislativo Federal.

O diretor do Interlegis foi à capital sul-mato-grossense assinar convênios para o ingresso de 22 municípios no programa. Cada um deles receberá um microcomputador, uma impressora e um *modem* para conectar-se ao Portal Interlegis.

O programa já funciona em 612 Câmaras de Vereadores, além de estar presente nas Assembleias Legislativas, no Senado, na Câmara dos Deputados e no Tribunal de Contas da União. Outros 405 convênios foram assinados e aguardam a instalação das máquinas.

— O objetivo do Interlegis é chegar, no fim do ano, a 1.900 municípios — afirmou Fontenele e Silva.

O diretor do Interlegis observou que, com o portal, as câmaras podem ter acesso a informações que possibilitam melhor qualidade do processo legislativo. O programa tem custo de US\$ 40 milhões, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A solenidade de assinatura dos 22 novos convênios ocorreu na Câmara dos Vereadores de Campo Grande. O presidente da Casa, Nelson Trad Filho (PTB), parabenizou o presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, “por fomentar cada vez mais” o projeto do Interlegis.

Na solenidade, foram assinados convênios com os municípios de Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Batayporã, Bela Vista, Bonito, Corguinho, Coronel Sapucaia, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Inocência, Jateí, Ladário, Maracaju, Mundo Novo, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Pedro Gomes, Ponta Porã, Rio Brillante, Sidrolândia, São Gabriel do Oeste e Taquarussu.

Plataforma política feminista traz subsídios para candidatas

Senadoras e deputadas federais deverão participar hoje do lançamento da Plataforma Política Feminista, que pretende oferecer subsídios aos candidatos à Presidência da República. A plataforma feminista, de cuja elaboração participaram diversas parlamentares, foi aprovada ao final da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada no Senado, em junho último.

O lançamento da Plataforma Política Feminista, lembra a secretária-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, Sílvia Camurça, acontece no momento em que são comemorados os 70 anos do voto feminino no Brasil, onde o número



Emilia: democracia e superação das desigualdades

de eleitoras já supera o de eleitores (50,48% contra 49,31%).

Conforme a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), uma das coordenadoras da Bancada Feminina no Congresso Nacional, a Plataforma Política Feminista é dirigida à sociedade visando ao fortalecimento da democracia e à superação das desigualdades.

Emilia diz que o documento deixa clara a postura de combate à política neoliberal do desemprego e da exclusão e a disposição de buscar construir a soberania brasileira “com base na ruptura dessa política que desemprega, discrimina e faz com que poucos tenham muito e uma grande maioria tenha pouco”.

CAE examina crédito para pequena e microempresa

Projeto de Osmar Dias assegura recursos de bancos públicos federais com encargos financeiros limitados a 12% ao ano

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá analisar hoje, em caráter terminativo, projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que estabelece tratamento diferenciado, na concessão de crédito pelos bancos públicos federais, às pequenas e microempresas. Pela proposta, metade dos “recursos ativos disponíveis” para empréstimos em tais instituições deverá ser direcionada a essa clientela, obedecendo regulamentação a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

Os encargos financeiros previstos pela proposta não poderão exceder o limite de 12% ao ano. Outro benefício é a possibilidade de aplicação de redutores de até 50% sobre as parcelas de amortização do principal mais encargos, durante a vigência da operação. A instalação de novos negócios também poderá ser enquadrada nessa modalidade de financiamento, desde que os pequenos e microempresários não tenham obtido créditos anteriores com a mesma finalidade.

Osmar Dias propõe ainda que a União seja autorizada a realizar

Falta de dinheiro inviabiliza negócios

A dificuldade na obtenção de crédito bancário é o principal fator de mortalidade das micro e pequenas empresas brasileiras, segundo um levantamento feito pelo Sebrae nacional em 12 estados. Apesar de responderem por aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e 60% dos empregos gerados no país, as empresas de pequeno porte recebem apenas 10% dos créditos concedidos pelos bancos oficiais e privados. O resultado é que mais da metade delas fecham ainda no terceiro ano de vida.



aportes de capital nos bancos oficiais federais, quando necessário, para atender à demanda dessa linha de crédito, desde que o reforço de recursos esteja dentro dos limites orçamentários do Tesouro Nacional. Se as pequenas e microempresas não utilizarem a totalidade dos recursos disponíveis, as instituições ficarão autorizadas a direcionar o excedente para outros empréstimos.

O projeto, que recebeu parecer favorável do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), incluiu outra categoria de beneficiários. As agroindústrias familiares também terão

direito a crédito diferenciado para investir em beneficiamento, processamento e industrialização. O parecer de Bezerra lembra que a proposta de Osmar Dias altera seis artigos do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

A pauta da CAE tem ainda outros 14 itens. Entre eles, está o projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que dispõe sobre a compra de produtos alimentícios destinados aos programas oficiais de combate à fome. A proposta recebeu parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Obras regularizadas podem receber recursos

A Comissão Mista de Orçamento deve reunir-se na tarde de hoje para examinar vários comunicados do Tribunal de Contas da União (TCU), os quais recomendam ao Congresso que autorize a liberação de dinheiro para obras que apresentavam indícios de irregularidades. Entre os projetos, encontra-se a Usina Hidrelétrica Serra da Mesa (GO), no Alto Rio Tocantins, cujas obras praticamente chegaram ao final — a

usina já produz 1.250 MW. Os problemas encontrados nos anos de 2000 e 2001 foram solucionados.

Três rodovias de Roraima também podem voltar a contar com verbas do Orçamento federal, pois os técnicos do TCU resolveram os problemas encontrados. Neste caso, o tribunal sugeriu ao governo de Roraima que demita o diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e decidiu considerá-lo inabi-

litado por oito anos para ocupar cargos de confiança na administração pública, pois dificultou as investigações do TCU.

A comissão também deve votar recomendação do tribunal para que sejam consideradas regulares as obras de pavimentação e melhoria da rodovia entre Barra do Corda e Porto Franco (MA) e o projeto de irrigação do Rio Balsamo, no município de Palmeira dos Índios (AL).

Projeto muda concessão de visto temporário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, a partir das 17h30, substitutivo do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) a projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que permite ao governo conceder visto temporário, por até 90 dias, a estrangeiro procedente de país não reconhecido pelo Brasil, desde que este-



Moreira Mendes diz que projeto pode facilitar o intercâmbio comercial

ja em viagem de negócio, missão comercial ou econômica.

Moreira Mendes entende que uma lei nesse sentido facilitaria o intercâmbio comercial. O senador observa, como exemplo, que a China continental considera Taiwan uma província rebelada e exige seu não-reconhecimento como critério para estabelecer relações políticas com os demais países.

— Não obstante, respeitados os limites ditados pela conveniência política e econômica, os países devem buscar uma acomodação não-agressiva dessa conjuntura, de forma a propiciar boas condições para o fluxo de pessoas que interessem ao país receptor — argumenta.

Na mesma reunião, a CRE, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), deve votar projetos de decreto legislativo que aprovam os textos do Segundo e do Quinto Protocolos ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Suassuna quer minirreforma tributária após as eleições

As mudanças poderão simplificar a cobrança de impostos e desonerar o empresariado nacional, que se queixa da alta carga de tributos, disse

Ao final das eleições, o Congresso poderia votar uma minirreforma tributária, capaz de simplificar a cobrança dos tributos e desonerar o empresariado nacional. A idéia foi defendida ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao analisar pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que apurou ser a carga tributária a grande queixa do setor industrial brasileiro.

— Minha idéia é que possamos enfrentar agora, ao terminar a eleição e num tempo recorde, uma minirreforma, que permita que o próximo presidente já beneficie o país com essas novas regras. Está em nossas mãos. Não podemos atribuir a mais ninguém, não podemos culpar ninguém — afirmou.

No entender de Suassuna, o Brasil clama por uma reforma. O Legislativo, lembrou, não pode es-



Ney Suassuna: "É hora de buscar a solução que permita ao país exportar mais"

quecer que, há anos, tramitam na instituição vários projetos sobre o tema.

— É hora de arregaçarmos as mangas e trabalharmos, buscando a solução que o país deseja e que permita a este país exportar mais e ser mais justo — disse.

O senador argumentou que "o momento é extremamente tranquilo" para fazer a mudança, já que nenhum candidato a presi-

dente da República se opõe à reforma. Ele lembrou que, no debate realizado pela Rede Bandeirantes, os quatro principais candidatos a presidente concordaram em que a reforma tributária é necessária e urgente.

— Portanto, vamos aproveitar, já que todos concordam, e vamos fazê-la, propiciando a desoneração de nossas exportações e, principalmente, a agilidade na fiscalização, que hoje é complexa.

Suassuna explicou que, com a reforma, o Brasil conseguirá a dinamização das empresas.

O senador também defendeu mais incentivo ao comércio exterior. Ele lamentou a pouca criatividade dos gestores do setor, observando que países de território pouco extenso, como Coréia do Sul e Taiwan, ocupam muito mais espaço que o Brasil no comércio internacional.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Sarney ressalta papel dos países de língua portuguesa

O senador José Sarney (PMDB-AP) disse que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem papel fundamental a cumprir, que é aumentar o peso do Brasil em organismos multilaterais e aumentar as exportações brasileiras



Sarney homenageou a conferência de chefes de Estados lusófonos

em uma área que, "livre das guerras que marcaram os primeiros anos da história das antigas colônias portuguesas na África, pode representar importante mercado em futuro próximo". Ele destacou Moçambique e Angola como os países que poderão ter grande crescimento econômico.

Sarney lembrou que o embrião da CPLP foi lançado durante seu governo, ao ser realizada, em 1989, em São Luís (MA) a primeira reunião dos chefes de Estado de países de língua portuguesa. No encontro, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

A realização, em Brasília, da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa também foi homenageada pelo senador. Durante o encontro, foi escolhido o novo secretário-executivo da entidade, o brasileiro

José Augusto de Médicis, que era embaixador do Brasil no Roosevelt Pinheiro Chile. O cargo de secretário-executivo vinha sendo exercido pela brasileira Dulce Maria Pereira.

— Mulher e negra, Dulce Maria Pereira assumiu uma instituição frágil e pouco preparada para cumprir sua missão de promover a cooperação, a articulação político-diplomática entre os sete países de língua portuguesa e a difusão de nossa língua comum. Entretanto, com seriedade e uma equipe mínima, mas responsável, a CPLP vem dando largos passos em vários setores — disse.

Aprovado voto de pesar pela morte de Ferreira Neto

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar, de autoria do senador



Cabral lembrou luta do jornalista contra censura do regime militar

Bernardo Cabral (PFL-AM), pelo falecimento do jornalista

Ferreira Neto, ocorrido domingo em São Paulo. Serão enviadas condolências à família do jornalista e à Central Nacional de Televisão (CNT), onde ele trabalhava.

Cabral lembrou a luta do jornalista contra a censura durante o regime de exceção.

— Jornais publicavam poesias de Camões em lugar de matérias censuradas, as estações de rádio eram revistas e os profissionais de televisão se acomodavam. Ferreira Neto não, o que lhe trouxe muitos problemas — lembrou o senador.

Mozarildo destaca avanços da CPI que investiga ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) relatou ontem os avanços da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, desde sua instalação, em 27 de março do ano passado. O senador, que preside a CPI, informou que os trabalhos foram prorrogados devido ao grande número de requerimentos e seus desdobramentos, levando a data de encerramento para 15 de dezembro.

Mozarildo disse que a CPI ouviu 17 depoimentos em 20 reuniões e aprovou 46 requerimentos. Além disso, foram recebidos, catalogados e analisados 253 documentos. O senador informou que as investigações conduzidas pela CPI levaram à descoberta de ações irregulares e lesivas ao Brasil, envolvendo comércio ilegal de minérios e aquisição de terras.

— Há muita coisa nebulosa na área das ONGs. A maioria delas está



Mozarildo: ONGs vivem de verbas do governo, sem prestação de contas

vivendo às custas de verbas governamentais, apesar de se denominarem não-governamentais, e sem prestação de contas. É preciso resguardar o interesse e o dinheiro públicos — alertou.

Mozarildo citou nove ONGs onde foram comprovadas irregularidades. Ele lembrou que a Cooperindio teve seu presidente preso com pedras preciosas retiradas de terras indígenas; a Associação Amazônia comprou terras em Roraima com dólares irregulares; a Napacan faz lobby junto ao Ministério da Saúde em favor do laboratório Novartis para que seja disponibilizado medicamento dessa empresa na rede pública de hospitais; e a Focus, com sede no Canadá e nos Estados Unidos, ofereceu dinheiro a produtores brasileiros para não plantarem soja, "interferindo diretamente na soberania brasileira".

Pratini deve debater na comissão o uso de produtos transgênicos

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Vinício Pratini de Moraes, que deverá comparecer hoje à comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs), pretende discutir as questões tecnológica e de mercado referentes aos produtos transgênicos.

Segundo Pratini de Moraes, ao longo de muito tempo, o Brasil foi desestimulado por algumas ONGs a não desenvolver a tecnologia de importantes produtos primários, o que significou, na opinião do ministro, a queda de produtividade e a perda de importantes mercados.

Entre os casos catalogados pelo ministro, de acordo com sua assessoria, de perda de mercado, pelo Brasil, o caso mais típico talvez seja o do algodão, produto historicamente exportado pelos brasileiros. Nos últimos anos, por não



ONGs impedem avanço tecnológico, diz Pratini de Moraes

acompanhado os avanços tecnológicos e por não adotar o produto transgênico, o país sofreu uma grave perda de mercado, passando de exportador a importador de algodão.

Ao contrário do Brasil, lembra Pratini de Moraes, a China optou pelo desenvol-

vimento do algodão transgênico, convertendo-se atualmente num dos grandes exportadores mundiais do produto. O ministro está convencido, segundo sua assessoria, de que muitas ONGs agiram de forma deliberada para impedir que o Brasil conquistasse certos avanços tecnológicos e se mantivesse na liderança de alguns mercados mundiais dos produtos agrícolas.

Além do ministro da Agricultura, a CPI das ONGs deverá ouvir hoje o presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar), Domis Vieira Lopes.